

ACONTECIMENTOS QUE MARCARAM A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

DESIOMBRA, Juliano ¹

RESUMO

É perceptível que a qualidade educacional é muito importante para o país, sendo obtido através dela melhoras em diversos setores, como avanços tecnológicos, e melhoramento econômico, e com isso aumentando a estabilidade geral em âmbito nacional. O objetivo deste artigo destina-se a fazer reflexões através de pesquisa bibliográfica sobre a história da educação, comentando suas diferentes fases, onde a construção educacional brasileira foi marcada por fortes características jesuíticas, quais adotavam diversos segmentos e rigidez da Europa, com implantação da catequização e escolarização para os índios, e passa a citar trechos dos acontecimentos históricos marcados pelo período do império, qual tinha intuito em fortalecer a educação e estendeu-se até o período Republicano, qual tinha ideologias de transformar moradores do Brasil em um povo. Também aborda concepções sobre o período militar, qual com o seu poder criou diversos Ministérios, e deu ênfase para reforma educacional, e por fim relembra a constituição de 1988 marcada pela retomada democrática qual teve seus interesses voltados para educação de jovens e adultos, tentando reduzir a taxa de analfabetismo existente no país. Em conclusão observa-se que mesmo com o passar do tempo, a educação ainda necessita de mais investimentos e dedicação para melhorar sua estrutura.

Palavras-chave: Educação, ensino, história.

¹Juliano Desiombra, julianodesiombra@hotmail.com;
Ponta Grossa – PR, Julho de 2017.

INTRODUÇÃO

Durante muito tempo a educação Brasileira foi alvo de diversos debates, e também gerou muitas dúvidas, um cenário educacional marcado por longo período de história, comentado e analisado por diversos teóricos e pesquisadores, e criticado por muitos, tanto por os que trabalham no ramo educacional como para quem dela necessita.

A estruturação e formação no Brasil, mostra através da sua história que sempre foi alvo de esquecimento, visto pela falta de estrutura decente, e falta inúmeros recursos que deveriam ser usados na educação, qual gera grandes dificuldade de manter a homogeneidade de ensino, e também difícil de ser mantida com qualidade em diversas localidades regionais.

A educação serve para gerar pensamentos críticos em uma sociedade em que nela vive, através disso conseguir discernir, sendo útil para formar uma nação íntegra, concreta e socializada, e aparada por bons costumes, indiscutivelmente uma auxiliadora da segurança de uma pátria.

O processo educacional desde o ano de 1500, ano de descobrimento do Brasil, passou por várias etapas, quais foram apontados diversos questionamentos, que muitos levaram a algum raciocínio, se de fato a educação obteve melhora? (...) No então procurou-se transcrever esta história de forma bibliográfica.

Este artigo tem por objetivo refletir a história da educação brasileira, usando o passado para entender o atual cenário da educação, abordando posturas utilizadas para seu desenvolvimento, crescimento, aperfeiçoamento e complexidade.

Tendo em vista que a história na educação brasileira é um tema muito comentado e escrito por muitos autores, o objetivo é destacar partes consideradas importantes, ligadas aos acontecimentos que realmente marcaram os episódios, este trabalho foi escrito de forma clara com linguagem coerente que possa abranger todo cunho de leitores.

Para o desenvolvimento deste artigo, foi usado a metodologia através de pesquisas de revisão bibliográfica documental sobre o assunto, que buscou procurar por autores com destaque que marcaram o contexto educacional com sua história e conhecimento sobre o tema, citando alguns como: Otaísa Romanelli, José Murilo Carvalho, Paulo Ghiraldelli, José Wellington Germano, Kátia Maria Abud, Moacir Gadotti e demais outros.

O capítulos abordam períodos que se estendem desde o descobrimento do Brasil (colonização), onde índios aprenderam por meio dos Jesuítas as primeiras letras, e ao mesmo tempo estavam sendo catequizados para expandir a fé católica, passando para o período do Império, marcado por grandes pesquisas, e construção de diversas instituições que até hoje funcionam como é o caso do Liceu de Artes e Ofícios – São Paulo, logo em seguida aborda características da educação da Primeira Republica, marcada pela racionalização. Depois passa para Era Vargas alavancada pelo período rígido militar, posteriormente comenta o período do Populismo, e por fim com a educação em relação com a constituição de 1988.

1. BREVE RESUMO DOS PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS DA EDUCAÇÃO

Este primeiro capítulo fará uma abordagem resumida dos acontecimentos que marcaram a história da educação no Brasil, para que assim possa melhor assimilar os conteúdos descritos nos próximos capítulos.

Os autores Honorato (2017) e Marinho (2009) em conjunto com Romanelli (1991), embasam partes importantes das fases da educação no Brasil através de um breve resumo descrito abaixo:

No ano de 1534 é marcado pela chegada dos padres Jesuítas, também remonta a criação da primeira escola em Salvador na Bahia, após isso no ano de 1776 surgem os primeiros cursos voltados a teologia católica na cidade do Rio de Janeiro. Entre o ano de 1798 á 1810 relata um período histórico, ligado a criação do seminário de Olinda introduzido pelo governador e Bispo de Pernambuco Azevedo Coutinho.

Também pode-se ressaltar que muitas praticas pedagógicas e costumes vindos da Europa, foram assimilados pelos índios, gerando grande influência entre suas famílias, esta moral aplicada teve respaldo durante os anos de 1549 a 1759, quando neste período surge uma ruptura na educação, sendo quando os Jesuítas são expulsos do Brasil através de Marques de Pombal, nesta época o alicerce educacional se desestrutura (ROMANELLI, 1991).

Para tentar eliminar o caos, as aulas régias foram implantadas quais tinham o papel de ensinar a gramática latina, também no ano de 1772 entra em vigor o subsidio literário que era uma espécie de imposto português, tendo utilidade para pagar as despesas que a educação gerava, ainda assim a educação se mantém em estado de ruína até quando a Família Real foge

de Portugal para o Brasil devido à grande pressão do exército napoleônico (ROMANELLI, 1991).

Durante todo período do império houve grandes reclamações em relação a péssima qualidade educacional existente no Brasil, com a proclamação da república no ano de 1889, teve inúmeras iniciativas que tiveram intuito de melhorar a educação, porém não se obteve grandes avanços que pudessem ser considerados notáveis (ROMANELLI, 1991).

Com esta transferência do Reino Português para o Brasil, D. João VI abriu portos Brasileiros para fazer ligações com comerciantes no exterior, também nesta época inaugurou no Brasil Academias Militares, várias escolas de Direito, e ordenou que fosse implantado um centro médico no Estado da Bahia, onde era sede do Hospital Real destinado a militares, não deixou de inaugurar a primeira imprensa com sede no Brasil no ano de 1808 no Estado do Rio de Janeiro (ROMANELLI, 1991).

Honorato (2017) e Marinho (2009), ainda comentam que no ano de 1810 surge a academia Real Militar, a primeira imprensa brasileira, e também o Centro Médico no estado da Bahia, logo após em 1824, a constituição Brasileira implanta em forma de lei a educação sem custos para todos os cidadãos brasileiros, explanando que ano de 1826 se distribui a educação em quatro etapas: ligadas a pedagogia, Liceus juntamente a Ginásios e academias.

Ainda Honorato (2017) e Marinho (2009), comentam que a partir de 1834 todas as províncias se tornaram responsáveis pela responsabilidade de administrar o ensino primário e secundário, ainda fazem respaldo sobre o Decreto de 1909 n° 7.5662 qual oficializou a introdução da educação profissional brasileira, qual tinha relatividade na capacitação de indivíduos, qual visava atender o desenvolvimento industrial da época, sendo importante para massa trabalhadora. Neste mesmo período surge escolas que tinham intuito de preparar pessoas (massa trabalhadora) para ofícios, interagindo no mercado produtivo o qual muitas vezes era composto pelas classes pobres da sociedade.

Ainda conforme os autores Honorato (2017) e Marinho (2009), relatam que no ano de 1910 existiam algumas ofertas de cursos de tornearia, eletricidade e mecânica, além de pequenos polos de carpintaria ligados a decoração, quais eram administrados pela escola de Aprendizes e Artífices. No ano de 1920 alguns deputados promovem uma reunião e sugerem que o ensino profissional seja expandido tanto para classe pobre quanto para classe rica, na década de 30 surge o Ministério da Educação e Saúde Pública assim gerando grandes impactos na sociedade da época.

Em continuidade, comentam que no ano de 1925, surge o Departamento Nacional de Ensino, qual hoje conhecido como Ministério da educação; Significativamente no ano de 1930 acontece o grande momento de industrialização no Brasil , levando a instalação de escolas superiores, ligadas ao ensino profissional que tinham como público alvo tanto ricos como pobres, logo depois disso no ano de 1931 surge o Conselho Nacional de Educação, concomitantemente com a reforma educacional, conhecida como Reforma de Capanema.

Honorato (2017) e Marinho (2009) frisam a criação do currículo enciclopédico resultante do decreto da reforma secundária de 1932, que tinha como foco a formação do homem para diversos setores da atividade nacional, assim no ano de 1937 faz menções sobre as vocações trabalhistas amparadas pela colaboração das indústrias e alguns sindicatos, que tinham interesses destinados a filhos de operários e alguns associados.

Comenta Azanha (2017), que no ano de 1932 um grupo pensante de educadores circulou com finalidade nacional de oferecer planos para diretrizes da educação que até hoje alicerçam a administração escolar, tinha de nome: Manifesto dos Pioneiros da Educação, onde seu contexto era baseado na estrutura que deveria ser sólida e eficaz em todo âmbito estudantil, este manifesto teve grande impacto, o qual gerou um artigo na Constituição Brasileira de 1934.

A persistência do manifesto foi tão intensa que fez gerar um artigo na constituição Brasileira de 1934, onde comentava no artigo 150, que a União seria a responsável direta para fiscalizar e administrar a execução do plano Nacional de educação em todo país.

Honorato (2017) e Marinho (2009), lembram que no ano de 1942, surge o Serviço Nacional de aprendizagem industrial, qual tinha grande objetivo de formar profissionais técnicos que pudessem trabalhar nas indústrias, ainda citam o ano de 1943 com a criação da lei orgânica de educação nacional estritamente ligada ao ensino comercial, a qual mais tarde deu origem ao Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, e também ao serviço Social da Indústria e no ano de 1948 o Serviço social do Comercio.

Na década de 60 surge a lei de diretrizes e bases da educação, e a criação do Conselho Federal de Educação junto ao Plano Nacional de Alfabetismo direcionado a classes da época. Em 1970 o presidente Emílio Garrastazu Médici promulga segunda lei de Diretrizes e Bases para educação, instaurada durante o regime militar.

Honorato (2017) e Marinho (2009) Citam a década de 90 como chave para criação do SENAR – Serviço de Aprendizagem Rural, Serviço nacional do Transporte e o Serviço de

Apoio ao Cooperativismo, e também a implementação do SEBRAE já criado no ano 1972 qual apoia a pequena e média empresa. Ainda nesta Década aprova-se a LDB – Lei de Diretrizes da Educação nº 9.394 qual estabelece os princípios da educação e os deveres do estado.

E ainda os mesmos autores comentam que no ano de 2001, surge o Plano Nacional de Educação, sancionado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, o qual tem intuito as diretrizes e metas da educação nos próximos dez anos.

A história da educação demonstra que continuou em segunda mão ao longo do tempo, visando que em outras colônias como exemplo o México e Peru, já detinham conhecimento técnico científico, pois no ano de 1538 foi inaugurado a primeira Universidade das Américas, quando somente em janeiro de 1934 surgiu realmente a primeira Universidade Brasileira (ROMANELLI, 1991).

O próximos tópicos explicitarão diversos momentos históricos da educação no Brasil, detalhadamente.

2. EDUCAÇÃO NO PERÍODO JESUÍTICO

A História educacional brasileira, foi constituída com a chegada dos colonizadores vindos da Europa para popularizar a nova terra descoberta, junto com eles veio muitos costumes, uma cultura nova e também a educação, não se pode esquecer que este padrão repressivo era muito diferente dos padrões indígenas quais respeitavam a liberdade, nem ignorar que no Brasil já existia um velho padrão exercido pelos índios quais já estavam no local muito antes de qualquer outro colonizador.

Durante o tempo que os Jesuítas estiveram no Brasil, contribuirão em muito com a educação e instauração da fé católica, criaram as primeiras escolas elementares, alicerçados pelo formalismo pedagógico oriundos de cristãos Europeus, era aprendido as primeiras letras e demais doutrinas do catolicismo, utilizando o *latim*.

Quando os Jesuítas chegaram ao Brasil no ano de 1534, conduzidos pelo Padre Manoel de Nobrega. Analisaram índios com diversos costumes e crenças muito diferentes das suas usadas no mundo civilizado, no caso a Europa, chegaram à conclusão que nada conseguiriam em relação a religião sem antes ensinar os índios a ler e escrever, a grande

vontade era introduzir a fé católica e catequização, segundo os padrões da Europa (LUZURIAGA, 2001).

A cidade de Salvador foi a cidade que fundou a primeira escola educacional, tendo como ministrante das aulas o jovem Vicente Rodrigues, qual sabia ensinar apenas segundo os métodos tradicionais da Europa, o qual seu trabalho se estendeu por mais de cinco décadas. Depois disso observou-se que estava na hora de levar a educação para diversas regiões incluindo o sul do país, foi quando por volta do ano de 1570 foram implantadas outras escolas nas cidades de São Paulo e do Espírito Santo, nesta época surgiu também três colégios sendo o mais conhecido o do Rio de Janeiro (LUZURIAGA, 2001).

O Método de ensino seguido através da filosofia atrelada ao documento *Ratio Studiorum* escrito pelo Militar Espanhol Inácio Loyola sendo organizado conforme os padrões católicos, com características do colégio Romano, que possuía rígidas disciplinas, aplicadas pela verbalização e memorização, seus estímulos eram através de premiação para os melhores alunos e castigos para os piores (GADOTTI, 2003).

Jesuítas são considerados como pioneiros da educação no período do descobrimento, contribuíram para formação moral Brasileira, e grandes fortalecimentos do catolicismo, marcado por seus duzentos anos de história, com incansáveis trabalhos a favor da socialização e escolarização.

3. FORTALECIMENTO DA ESCOLARIZAÇÃO NA ÉPOCA DO IMPÉRIO

Este capítulo faz uma pequena análise sobre acontecimentos do período imperial no Brasil, trazendo lembranças do autor Nascimento (1999), que comenta que quando D. Pedro I assumiu o Reino, criou algumas políticas a fim de fortalecer a estruturação escolar na época, trazendo faculdades e alguns institutos de pesquisas.

No império foram criadas várias instituições de pesquisas, algumas das quais continuam funcionando até hoje. Dentre tais instituições é possível citar o Museu Paraense, criado por Emílio Goeldi em 1885, o Instituto Agrônomo, criado pelo Governo Imperial em 1887, em Campinas. O Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo foi criado em 1873, por ato do Governo Imperial. Em Recife, dentre as muitas obras encomendadas, entre 1840 e 1846 ao engenheiro Francês Louis Vauthier, estava o Teatro Santa Izabel (NASCIMENTO, 1999, p. 32).

Mesmo o Brasil sendo de uma demasiada extensão geográfica, na época do império, o governo alavancou a construção de inúmeros espaços culturais em inúmeras regiões do país, tendo como exemplo a escola de Ciências Jurídicas em 1827, assim como inúmeras outras escolas, também criando o Colégio D. Pedro II no Rio de Janeiro.

Conforme Nunes (2008), fica evidente os esforços que o governo imperial teve em tentar implantar uma educação de qualidade no Brasil, criando leis que pudessem favorecer o acesso ao ensino público, sem precisar que interessados saíssem do país para buscar determinados títulos para exercer alguma profissão, no ano de 1827 surge a primeira lei primogênita da educação no Brasil, qual teve vigor por mais de cem anos de trajetória.

Esta lei teve vários pontos irrelevantes, mas foi considerada uma alavanca para educação em todas as regiões do país, os artigos compostos por esta lei buscavam expandir o número de escolas públicas, assim como fazer prevalecer o salário mensal de professores, munir a escola com métodos de ensino, fornecendo acesso à educação para o sexo feminino, o primeiro artigo foi considerado o de maior impacto, o qual argumenta que deveria haver escolas de primeiras letras em todos lugares com maior massa populacional (NUNES, 2008).

Uma característica do governo da monarquia era, que só fornecia educação de primeiras letras, por isso gerou manifestos em prol da continuação de outros graus de estudo, qual foi comentado na sessão solene de maio de 1889, mas este projeto não chegou a ser implantado, as marcas do império levou muitos a interpretarem que a educação estava estritamente ligada aos interesses dos ricos, qual através de suas práticas moldavam a sociedade a favor de seus ideais.

4. EDUCAÇÃO DURANTE O PERÍODO DA REPUBLICA

Segundo Nagle (2001) no período da Primeira Republica, não existia apenas um ideal ligado a educação, também salienta a existência de diversos movimentos político-sociais, através destes movimentos ligeiramente entendia-se que que a educação poderia transformar inúmeros projetos em realidade, neste período se torna visível a força do “querer acontecer”.

Um período marcado pela mudança de alguns rumos, quais foram decisivos para o grande pensamento de transformação, que pretendia mudar ideologias de entendimento, entre elas que os habitantes do Brasil fossem um Povo, atrelados a uma organização social.

No começo do século XX, o Brasil passava por mudanças, onde ocorria a quebra de paradigmas em relação a suas mazelas ligadas à várias doenças, e o pior índice de expectativa de vida latina, a sua cultura científico estudantil estava sendo ancorada neste período, com destaque o estado de São Paulo, o qual se destacava na reforma educacional, o qual foi considerado por amplo destaque social o “modelo” para todo país durante as décadas republicanas, onde o ensino primário foi aplicado através do estudo preliminar e complementar (SOUZA, 1998).

Grupos escolares garantiam destaque nas grandes cidades, amparados pela nova política de ensino, em muitos lugares já poderia ser visível a transição da educação que usava uma nova concepção de valores escolares.

A reunião de escolas trazia todos os princípios fundamentais que propiciaram as mudanças no ensino primário: a racionalização e a padronização do ensino, a divisão do trabalho docente, a classificação dos alunos, o estabelecimento de exames, a necessidade de prédios próprios com a conseqüente constituição da escola como lugar, o estabelecimento de programas amplos e enciclopédicos, a profissionalização do magistério, novos procedimentos de ensino, uma nova cultura escolar (SOUZA, 1998, p.49-50).

Esta era uma época que foi marcada pela racionalização do ensino, onde alunos usavam raciocínio, e seus professores passavam a se enquadrar em novos métodos sendo o destaque a divisão das atividades laborais do corpo docente, sendo que os alunos aprendiam medidas disciplinares, tinham certas regras a tinham que segui-las de acordo com a nova cultura.

4. EDUCAÇÃO NA ERA VARGAS

Pode-se dizer que foi um período histórico marcado por grandes mudanças no contexto educacional, também ligado com a criação de vários direitos a classe trabalhadora, foi nesta época que ocorreu a reforma educacional, dividido por duas classes trabalhistas sendo: A intelectual para os ricos e a profissionalizante para pessoas da periferia, assim de tal forma favorecendo capitalistas e ajudando a classe emergente a se inserir no mercado de trabalho.

Estas mudanças atraíram pessoas de diversas classes trabalhadoras, que usavam a educação como ponte para o mercado profissional, onde de certa forma empresários pudessem

se beneficiar com a mão de obra qualificada, o que gerava aumento dos salários dos seus trabalhadores e melhorava a economia do país (BOUTIN; SILVA, 2014).

No entendimento de Tonet (2014), os efeitos das novas inserções educacionais, foram de amplo interesse, o qual beneficiava as duas classes tanto burgueses, quanto a camada mais baixa da sociedade, onde diversos trabalhadores detinham conhecimento para conseguir alavancar o capitalismo, onde indiscretamente grande parte de todos os cidadãos brasileiros foram beneficiados.

A educação age como uma ferramenta capaz de perpetuar valores no entendimento das pessoas, introduzindo o modelo capitalista como foco importante atrelado nas rotinas diárias das pessoas, inserindo valores morais a seu respeito, tentando fazer esquecer que a classe dominante “ricos” estão no controle com grande intuito de aumentar seus recursos financeiros (TONET, 2014).

O ano de 1930 foi marcado por diversas criações entre elas a criação de diversos Ministérios, sendo o do Comércio e Indústria, surgimento de inúmeras leis trabalhistas quais não existiam antes da era Vargas, e este ano ainda foi marcado pelo grande avanço educacional, criando o Ministério da Educação e Saúde, com função de administrar o ensino público através de diversas estratégias para melhorar e fiscalizar a educação (CARVALHO, 2009).

As características do governo Vargas, foram manter a classe dominante no estrito poder, garantindo direitos ao trabalhadores, e diferenciando o trabalho manual do intelectual. Onde a educação teve grande impacto e grande diferencial na sociedade, e fez grandes diferenças econômicas no país.

5. EDUCAÇÃO NO PERÍODO DO POPULISMO

Período apresentado como fonte para mudança da pedagogia libertadora, qual contesta o passado de um povo que atravessou diversas humilhações impostas pela escravidão e autoritarismo, esta nova pedagogia aplicava tendências para uma nova mentalidade, construída através da conscientização pelos problemas que o Brasil enfrentava, precisava-se de um novo modelo pedagógico, e este inserido através do livre pensamento racional (GHIRALDELLI JÚNIOR, 1991).

Para os seguidores da pedagogia libertadora, o processo de industrialização nas grandes cidades, junto ao crescimento urbano, estava gerando crises financeiras em camponeses, que migraram em grande massa para as cidades neste período, onde estas pessoas eram manipuladas pela classe política e também pela imprensa, a nova pedagogia criticava a convencional dizendo ser depositária de ideologias onde o aluno era apenas receptor, não possuindo nenhum saber, por isso denominada “educação bancária”, o papel da nova educação seria mudar este cenário criando o homem com consciência crítica (GHIRALDELLI JÚNIOR, 1991).

Na década de 60, a união organizou propostas dando responsabilidades ao sistema federal que tinha por ocasião, fazer a divisão das ofertas de ensino, distribuindo matrículas diferenciadas para ensino fundamental e médio, também gerou o aumento percentual das ofertas de matrículas direcionadas ao ensino primário, também foi tomado algumas medidas em relação ao ensino secundário, como pode ser visto:

[...] no sistema público concentra-se 88,4% da oferta de ensino fundamental, 34,5% da oferta de ensino médio e 55,7% de ensino superior. O ensino público primário passa de 89%, em 1955, para 90,34% em 1960. Convém lembrar que nesse nível de ensino o setor privado tinha 23,65% das unidades, em 1935, chegando a 6,37% em 1960. No ensino secundário a oferta pública também se amplia: esta representa 32,86% da oferta, em 1955, passando para 33,83% em 1960. (VIEIRA; FARIAS, 2007, p. 119).

A ampliação das ofertas educacionais, reduziu unidades de ensino no setor privado, levando a entender que existiu um fortalecimento e melhoras visíveis na educação pública, onde os benefícios já poderiam ser visíveis, com grandes comentários sobre a política voltada para educação.

As mudanças da educação levaram o governo de Juscelino Kubitschek, valorizar o ensino técnico-profissional, este era o governo que pretendia implementar uma educação voltada para o trabalho, chegou até ser criticada por manter relações estreitas com o mercado de trabalho, por mais que houve esforços o governo não obteve êxito em retirar mais recursos para educação, conseguindo somente 6,10% (GHIRALDELLI JÚNIOR, 1991).

Freitas (2005), comenta que outro movimento de grande impacto foi em Defesa das Escolas Públicas qual título “Manifesto dos Educadores Mais uma Vez Convocados” o qual tinha gritante característica de defensores, que cobravam destinação de mais recursos para

escolas públicas, onde era dever do estado manter o bom zelo pelos seus recursos, e se voltava contra ideologias pregadas pela Igreja Católica sobre a liberdade de ensino.

6. EDUCAÇÃO DURANTE O REGIME MILITAR

Este tópico apresenta a relação do Estado Militar junto com a educação, um período marcado por duas décadas, desde 1964 até meados de 1985. Durante o governo militar foi implantado o Regime autoritário, onde o poder judiciário não julga, e o legislativo fica de lado, e o que comanda tudo é o executivo de acordo com seus gostos (GERMANO, 1993).

Os militares usaram a educação para favorecer classes desfavorecidas, de um lado usavam disso para manter a hegemonia, de outro esqueciam de fornecer ensino a classe trabalhadora que estava inserida no mercado capitalista. Porém foi marcado por grande crescimento econômico, não esquecendo que os militares tinham direito de intervenção em qualquer ocasião da vida de qualquer um que fosse.

O Regime Militar sempre procurou se vangloriar, dizendo que foi através deles que a educação foi fortalecida, foi também nesta fase que se manteve o controle sobre qualquer massa intelectual, sendo o principal alvo as universidades que praticavam a racionalidade crítica, e por causa disso sofriam diversas repressões, também inúmeros professores eram vigiados e pressionados por causa de seus ideais (GERMANO, 1993).

Reformas significativas somente tiveram destaque posterior ano de 1968, quando um novo molde de educação primária foi implantado, acordos com o MEC que fizeram com que a primeira ciclo ficasse atrelado a escola média, também foi levantado pontos importantes que buscavam soluções para melhorar o ensino médio e resolver diversos problemas que existiam nas universidades (ROMANELLI, 1996).

Germano (1993) configura que durante a Ditadura Militar a escola teve um papel fundamental para que através dela fosse manipulada a massa inferiorizada, sendo baseado nos interesses da elite sendo proprietários de grandes latifúndios e dono de grandes empresas, ambos a usavam para melhorar sua situação econômica usando o lema de Prol ao Desenvolvimento, todas as estratégias de investimento educacional não passaram de apenas um meio de legitimar o poder sobre a sociedade.

Uma das matérias lecionadas nas escolas era Educação Moral e Cívica, sendo como a base para uma educação da época, tinha como características as memórias militares,

explanando o nacionalismo e autoritarismo, as matérias sociológicas e filosóficas foram substituídas pelas que aplicavam o civismo, ambos os livros didáticos eram baseados em fundamentalismo militar, onde explicava que o cidadão possui deveres a ser seguidos (ABUD, 1998).

Conclui-se que o governo militar usou de diversos meios para inserir na sociedade o seu autoritarismo, e foi através da ferramenta educacional que usou diversas artimanhas para salientar que o civismo deveria estar contido em cada cidadão brasileiro, e de tal forma legitimando o seu poder.

7. EDUCAÇÃO DURANTE A RETOMADA DEMOCRÁTICA

Durante a década de 40, houve incentivos para que fosse criado algum programa que tratasse da educação de adultos que não tiveram a oportunidade de estudar na época da adolescência, mesmo fazendo observância na existência do analfabetismo em adultos, não houve grandes avanços sobre a situação posteriormente (BRASIL, 2006).

Durante várias décadas foi observado uma profunda mudança nas taxas de analfabetismo em adultos no Brasil, o estudo comparativo realizado entre a população com idade a partir de 15 anos mostrou resultados onde no ano 1900 o índice de analfabetos desta faixa etária era de 65,3 %, e passou 5 décadas tendo pouquíssimas melhoras, sendo que no ano de 1950 a taxa caiu para 50,6% e, somente no ano 2000 as taxas baixaram a níveis de 13,6% (BRASIL, 2000).

Entre vários incentivos e recaídas pela primeira vez foi criada a Lei 5692/71, que estava voltada aos interesses do EJA (educação de jovens e adultos) que tinha como regulamento a qualificação, seguida por ofertas do supletivo, esta lei foi importantíssima para regularizar a situação estudantil para jovens e adultos (SOARES, 2001).

A Constituição Federal de 1988, garantia educação para toda população brasileira, sendo de interesse separado ou coletivo, o Art. 208 garantia deveres ao estado em suprir o ensino fundamental gratuito e obrigatório oferecendo sem custos a oportunidade para todas as idades, existiu uma certa preocupação para com aqueles que não conseguiram obter educação em idade própria (BRASIL, 1988).

O EJA é melhor fundamentado através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB N° 9394/96, que destina a educação para adultos que não possuíram acesso durante a fase estudantil, ou por algum motivo não obtiveram sucesso profissional por causa da falta de estudo básico (BRASIL, 1996).

A partir da constituição de 1988 a educação passou a ter direito garantido, considerado por muitos o documento jurídico de grande importância e impacto, o respeito pelo ensino foi colocado em prática e documentado, dando ênfase a uma fase nova, como nova estrutura qual cobrava de diversos órgãos a qualidade e zelo pelo direito de todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Espera-se que este trabalho tenha contribuído para demonstrar a história da educação no Brasil, e que através disso possa-se tirar proveito para criar conceitos de postura filosófica e educacional, usando de base acontecimentos relevantes e marcantes que ocorreram desde época do Brasil Colônia até próximo dos dias atuais.

Muitas vezes planos educacionais acontecem somente no papel, sendo esquecidos na prática, que dificultam o beneficiamento da sociedade, onde alguns dados relativos ficam maquiados a borda da realidade, deixando visível que o tempo dos acontecimentos não mudaram o cenário, deixando muito a desejar em muitos aspectos educacionais e culturais do país, onde muitos jovens necessitam de ensino público básico com qualidade.

Sendo dever do governo garantir os direitos da educação de qualidade, em alguns locais pode-se ver vanglórias estudantis, porém em outros o que pode-se ver é o relaxo, abandono e a extrema falta de recursos visíveis a sociedade, como acontece em diversas regiões remotas do país, assim como diversas áreas de constante verticalização periférica em torno da pobreza e do caos.

A educação assumiu destaques durante várias vezes, onde diversos governos tentaram favorece-la, implementando leis, trazendo recursos e criando projetos, onde muitas vezes não obtiveram o êxito esperado, visando que deveria abranger toda sociedade em geral e não somente uma parte dela. Porém se hoje possui uma política educacional amparada por lei, mesmo que possua suas falhas, foi fruto de inúmeros esforços e tentativas. Neste caso salienta-se que todos devem continuar tentando para melhorar a educação cada vez mais.

REFERÊNCIAS

ABUD, Kátia Maria. **Formação da Alma e do Caráter: o ensino de história na Era Vargas**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 18, n. 36, p. 103-113, 1998.

AZANHA, Jose Mario Pires. **Manifesto dos Pioneiros da Educação**. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/943.pdf>> Acesso em: 18 jul. 2017.

BOUTIN, Aldimara Catarina Brito Delabona; SILVA, Karen Cristina Jensen Ruppel. **Sobre atividades educativas de caráter emancipador: limites e possibilidades**. Faculdade Santana em Revista, Ponta Grossa, v. 10, p. 101- 110, 2014.

BRASIL. **Constituição Federal do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional nº 9394/96**. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1996.

_____. Resolução nº 1/2000, aprovada em: 5 de jul. 2000. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 jun. 2000.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Alunas e alunos da EJA**. Brasília: Coleção: Trabalhando com a Educação de Jovens e Adultos, 2006.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: O longo caminho. Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: 2009.

HONORATO, Renata. Para brasileiros, educação é a chave para desenvolvimento. **Revista Veja**. Rio de Janeiro, 20 ago. 2010. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/educacao/para-brasileiros-educacao-e-a-chave-para-o-desenvolvimento-do-pais>> Acesso em: 18 julho. 2017.

FREITAS, Marcos Cezar de. **Educação brasileira: dilemas republicanos nas entrelinhas de seus manifestos**. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**, vol. III: século XX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

GADOTTI, Moacir. **História das idéias pedagógicas**. 8 ed. São Paulo: Ed. Ática, 2003. 319 P. Série educação.

GERMANO, José Wellington. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 1993.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **História da educação**. São Paulo: Cortez, 1991.

LUZURIAGA, Lorenzo. **História da educação e da pedagogia**. 19 ed. São Paulo: Campanha editora nacional, 2001. v. 59. Atualidades Pedagógicas.

MARINHO, Vanessa do Carmo. **A Educação Profissional e Técnica de Nível Médio no Contexto Brasileiro**. 2009. 82 f. Monografia (Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia) – Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 2009.

NAGLE, J. **Educação e sociedade na primeira república**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho. **A cultura ocultada ou a influência alemã na cultura brasileira durante a segunda metade do século XIX**. Londrina: Ed.UEL, 1999

NUNES, Maria Thetis. **História da educação em Sergipe**. São Cristovão: UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

_____. **História da educação no Brasil (1930-1973)**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

SOUZA, Rosa de Fátima. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: UNESP, 1998.

SOARES, Leôncio José Gomes. As políticas de EJA e as necessidades de aprendizagem Dos jovens e adultos. RIBEIRO, V. M. (Org.). In: **Educação de Jovens e Adultos: novos Leitores, novas leituras**. Campinas: Mercado das Letras, Ação Educativa, 2001.

TONET, Ivo. **Atividades educativas emancipadoras**. Práxis Educativa, Ponta Grossa, v. 09, n. 01, p. 09-23, 2014.

VIEIRA, Sofia L.; FARIAS, Isabel Maria Sabino de. **Política educacional no Brasil: introdução histórica**. Brasília: Líber Livro Editora, 2007.